

Resenhas de livros

Macroeconomics in the Global Economy

Jeffrey D. Sachs & Felipe Larrain B.
Prentice-Hall Inc., Nova Jersey, 1993

A incorporação dos novos resultados, métodos e teorias aos manuais introdutórios em Economia costuma se dar de forma lenta e, não raro, bastante defasada. A notada morosidade reflete, em parte, o próprio processo de maturação a que se devem sujeitar as novas idéias de forma a preservar a solidez do corpo de conhecimento científico e, nesse sentido, é justificável. O excesso de cautela pode, contudo, implicar atraso ou imobilidade, fragilizando as idéias que se pretende defender.

Com a apresentação dos desenvolvimentos recentes em macroeconomia de forma clara e objetiva, contrapondo-os aos resultados mais antigos e sempre preocupados com o grau de aderência empírica dos diferentes enfoques, Sachs e Larrain parecem ter encontrado uma solução equilibrada para o problema acima ao redigirem *Macroeconomics in the Global Economy*.

O livro vem dividido em cinco partes: I) Introdução, II) Economia Intertemporal, III) Economia Monetária, IV) Determinação do Produto, Políticas de Estabilização e Crescimento e V) Tópicos Especiais.

Abrangente em sua cobertura, o manual apresenta três características distintas, i) empregando, quando possível, a metodologia macroeconômica moderna, que procura consistência nos fundamentos microeconômicos; ii) enfatizando a importância dos fluxos internacionais de recursos, reais e financeiros, na determinação dos valores das variáveis macro na economia doméstica; e, iii) oferecendo farta e atualizada evidência empírica.

A preocupação com os microfundamentos não é apologética, e, apesar da extrema complexidade e sofisticação que pode suscitar, recebe um tratamento didático e preciso. As decisões privadas de consumo e

investimento são estudadas num contexto intertemporal com dois períodos, partindo do comportamento de famílias e firmas representativas e concluindo pela posterior agregação. Esse trabalho, ao qual se adiciona a análise da restrição intertemporal do setor público, antecede e dá condições à avaliação crítica do modelo IS/LM, que não ocorre antes da segunda metade do livro. A discussão de contribuições importantes como a Hipótese da Renda Permanente, a Teoria do Ciclo de Vida, a Equivalência Ricardiana, neste arcabouço, facilita muito a compreensão do leitor, que também se familiariza com a importância das expectativas e dos mecanismos pelos quais a teoria acredita serem formadas.

O papel das relações internacionais na determinação dos valores das variáveis macro é intensamente explorado, fazendo justiça à sua efetiva importância. Especialmente interessante é a discussão do saldo em conta corrente do BP, que recebe quatro interpretações distintas e também é acessado em sua dimensão temporal. Há um capítulo específico que analisa taxas de câmbio e regimes cambiais em que, ainda, desenvolve-se um modelo simples de equilíbrio geral em economia pequena.

No que concerne ao mercado monetário, a discussão do controle da base e dos meios de pagamento é adequada, a demanda por balanços reais é obtida através do conhecido modelo de Baumol-Tobin.

Há três capítulos dedicados ao modelo IS/LM, um para economia fechada e dois para economia aberta em função da distinção entre os regimes de câmbio fixo e flexível. Nestes últimos, tomando como referência o modelo de Mundell-Fleming, discutem-se os resultados das políticas de controle de demanda com e sem mobilidade de capitais, para economias

grandes e pequenas. Um expediente interessante e ilustrativo é a utilização de três diferentes curvas de oferta agregada, uma vertical, uma positivamente inclinada e outra horizontal, representando, respectivamente, os casos “clássico”, “keynesiano tradicional” e “keynesiano extremo” quando da avaliação das diferentes políticas.

A discussão sobre inflação, desemprego e suas determinantes é abrangente, assim como há um capítulo exclusivamente voltado à análise dos *business cycles* e outro ao crescimento de longo prazo. Como tópicos especiais encontram-se capítulos sobre o processo de formulação de políticas, mercados financeiros internacionais, bens comercializáveis e não-comercializáveis, crise da dívida em países em desenvolvimento e sobre o controle de processos hiperinflacionários.

As limitações de espaço não permitem um maior detalhamento da obra dos autores, que, sem dúvida, amolda-se a um padrão diferenciado de manuais para o ensino de macroeconomia. Cumpre notar que noções precisas de contabilidade social estão presentes no livro, assim como são fartas e atualizadas as

referências bibliográficas e bem preparados os exercícios ao fim de cada capítulo.

A tradução recente do manual para o português pela Makron Books sob o título condensado “Macroeconomia” (1995) facilita sua adoção no Brasil, que, inclusive, é reiteradamente citado e discutido no decorrer da obra. Infelizmente, contudo, há que se tomar algum cuidado com a versão “tupiniquim” do manual, que apresenta inúmeros descuidos na revisão técnica. Para citar apenas alguns exemplos, por diversas vezes “aggregate supply” é traduzido como “demanda agregada” e “net international investment position” como “posição do investimento internacional líquido”. Essas impropriedades, por crassas que sejam, não devem desestimular o emprego dessa nova publicação para o ensino em nível de graduação. Para esse objetivo o manual é ímpar quando comparado às principais alternativas a ele que, quando em português, usualmente compartilham dos mesmos ou de ainda maiores problemas de revisão na tradução.

Roland Veras Saldanha Jr.
Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

O Livro Negro da Corrupção

Modesto Carvalhosa, (coord.)
São Paulo, Paz e Terra, 1995.

Este livro, organizado e coordenado por Modesto Carvalhosa, apresenta dois importantes relatórios de investigação de corrupção na história recente do Brasil. A rigor, desde a instalação, em 1992, da CPI do caso PC-Collor e com as investigações acerca da corrupção no orçamento, o estudo dos desvios dentro da vida pública moderna no País aparentemente tomou um sentido emergencial. A edição da obra em questão, embora seja apenas e tão-somente uma compilação de relatórios de corrupção, demonstra esse fato.

A Comissão Especial de Inquérito — CEI — conduziu uma investigação importante sobre corrupção e poder público no Brasil. Essa investigação começou com a CPI que levou ao *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e terminou em 1994. Veio a público uma série de informações sobre o funcionamento de esquemas de corrupção dentro da administração pública, particularmente associados ao estabelecimento de contratos e licitações. Os dois relatórios aqui editados referem-se precisamente ao trabalho das duas comissões de investigação, a CPI do caso PC e a CEI, que investigou a corrupção na administração federal.

O livro tem o prefácio de Modesto Carvalhosa, em que é destacado o papel inovador das duas investigações levadas a cabo pela CPI e pela CEI. No entanto, a preocupação central do prefácio é salientar que o governo Fernando Henrique Cardoso, sob diversos aspectos, não está dando continuidade às políticas contra a corrupção. O autor do prefácio salienta que, por exemplo, o Código de Ética do Servidor Público Federal teve sua implementação recentemente desativada. Aliás, aparentemente, esse prefácio tem um objetivo político de atacar o governo atual pela sua falta de compromisso com a política de controle da corrupção. Nesse sentido, o livro tem um objetivo político claro.

No entanto, deixando de lado esse aspecto, que considero infeliz, Modesto Carvalhosa tem razão ao afirmar que a corrupção possui custos sociais e econômicos relevantes ao ponto de podermos explicar, pelo fracasso de políticas públicas corroidas pela corrupção, a persistência da miséria em muitas sociedades latino-americanas. Igualmente está correto o autor ao propor uma comissão permanente de investigação e controle da corrupção. De fato, esse tema deveria ser tratado com mais vigor por parte do

Executivo (todavia, infelizmente Modesto Carvalhosa não se refere igualmente, com o mesmo peso e a mesma medida da crítica, ao papel do Legislativo e do Judiciário).

A introdução é feita por Márcio Moreira Alves, que basicamente segue a argumentação do autor do prefácio: elogia-se a atuação (discutível, diga-se) “firme” do governo Itamar Franco contra a corrupção e condena-se a aparente apatia com relação ao problema do governo atual.

Em seguida apresenta-se o “Relatório da CPI de PCFarias” e o “Relatório da CEI sobre a corrupção na Administração Federal”.

Embora seja de importância indiscutível a publicação desses relatórios e também seja possível concordar com o autor do prefácio e coordenador em que há uma certa flacidez no combate sistemático à corrupção no País, seria muito mais interessante e útil a publicação também de estudos teóricos sobre o tema. Se, de um lado, pode chocar o desinteresse de governos em combater a corrupção, de outro causa estranhamento a ausência de um esforço de estudo do fenômeno, por parte de estudiosos do direito, de sociólogos, de antropólogos, de analistas de governo e política e de economistas.

Esse livro peca por não conter nem mesmo um breve ensaio sobre corrupção e suas conseqüências nefastas sobre o funcionamento do Estado e sobre a economia. No entanto, existe um vasto acervo de estudos sobre corrupção desenvolvidos por diversos cientistas sociais, e tais trabalhos podem ser úteis para se compreender, além da paixão casuística e ideológica, o fenômeno em questão.

Cabe notar que a literatura a respeito do tema é vasta. Para citar alguns exemplos, pode-se lembrar do clássico em economia política *The political economy of corruption*, de Susan Rose-Ackerman, e do importante artigo de Nathaniel Leff, “Economic development through bureaucratic corruption” (*American Behavioral Scientist*, 1964).

Ademais, com os fracassos de algumas políticas públicas em países em desenvolvimento e em países que passam por reformas na direção do capitalismo, como os países do Leste Europeu e a China, os economistas e órgãos internacionais, como o Banco Mundial, têm dedicado atenção especial ao problema. Recentemente o jornal *The New York Times* (13/8/95) publicou uma matéria sobre estudos de corrupção que colocavam os países em escalas e graus de corrupção. A matéria afirma que cada vez mais o tema é importante, pois propinas e excesso de regulamentação criam espaço para o surgimento de maiores custos ao investimento e ao crescimento. Inclusive, nota a matéria, existe um endereço eletrônico (<http://www.gwdg.de/~uwwv/icr.htm>) em que qualquer pes-

soa, em qualquer país, que tenha experimentado a corrupção e seus custos, pode contar sua experiência.

Particularmente, os economistas estão fornecendo as principais contribuições, dentro do campo da moderna economia política, ao estudo do problema. Cabe salientar que os estudiosos de direito que mais se dedicam à análise da corrupção são aqueles ligados ao estudo de *Law and Economics*, infelizmente ainda um campo muito preconceituado e pouco investigado nas escolas de direito do Brasil.

Em geral, a abordagem dos economistas ao problema da corrupção envolve dois aspectos: i) a ligação entre corrupção e comportamento *rent seeking*; e ii) análise dos custos e da ineficiência gerada pela corrupção. Grande parte desses trabalhos pode ser acessada, via Internet, pela ECOLIT, pelo mote “corrupção”. A multiplicidade de trabalhos sobre corrupção tem mostrado que o tema ganha, entre os economistas, importância internacional e acadêmica. Exemplo disso são os recentes artigos de Andrei Shleifer & Robert Vishny “Corruption” (*Quarterly Journal of Economics*, 1993), “Politicians and firms” (*Quarterly Journal of Economics*, 1995) e o livro, dos mesmos autores e Maxim Boycko, *Privitizing Russia* (1995, MIT Press), em que se analisa o aparecimento da “corrupção de transição” (transição à economia de mercado) comum na China e na Rússia. Outros artigos importantes são “Bureaucratic corruption as a rent seeking behavior” de John Mukum Mbaku (*Konjunkturpolitik*, 1992), e “Institutional sources of corruption in Brazil” (*Third World Quarterly*, 1992), de Barbara Geddes & Arthur Ribeiro Neto (estes são cientistas políticos). Recentemente a revista *The Economist* (18/11/95) dedicou sua importante seção “Economic Focus” à análise da corrupção na Rússia. Caberia também lembrar toda a literatura sociológica de modernização da administração pública e burocrática que existe disponível e também os estudos antropológicos sobre corrupção (pode-se obter um bom resumo dessa literatura em Robin Theobald — *Corruption, development and underdevelopment*, MacMillan, 1990).

Portanto, qualquer estudo relevante sobre o tema não pode deixar de lado a discussão acadêmica. Não vejo contribuição relevante em qualquer nova obra sobre corrupção no Brasil que despreze tal aspecto. Nesse caso, o livro em questão, embora importante, é insuficiente no que se refere a uma análise mais acurada, e menos casuística e ideológica. Tal análise poderia ter sido feita na introdução do livro, o que o tornaria menos panfletário e mais útil.

Marcos Fernandes Gonçalves da Silva
Fundação Getúlio Vargas, São Paulo e Instituto
Brasileiro de Mercado de Capitais, São Paulo.

Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil

Gilda Portugal Gouvêa

São Paulo, Paulicéia, 1994.

Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil, 320 páginas, da Editora Paulicéia, com prefácio de Luiz Carlos Bresser Pereira, é originário da tese de doutoramento defendida pela professora Gilda Portugal Gouvêa junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas em junho de 1994.

O propósito de Gilda é compreender o comportamento da alta burocracia estatal ligada à área econômica do País, com especial atenção para o período de transição política da década de 80 (1983-87). Tal comportamento é analisado pela autora através do estudo do “espaço de poder da burocracia” e pela sua lógica de atuação por uma ótica vinda de dentro dela própria, ao contrário dos estudos existentes sobre a questão, o que confere originalidade à obra.

O livro divide-se em três partes. A Parte I destina-se a introduzir o leitor ao tema, bem como a descrever as dificuldades conceituais e metodológicas enfrentadas pela autora. Aqui a autora deixa clara a sua opção em tentar avançar no estudo da burocracia empiricamente, ou seja, buscando respostas principalmente através das entrevistas (num total de 22) e depoimentos, não tentando resolvê-la teoricamente (“...afirmamos não ser este um trabalho de construção teórica, estamos optando por não tratar de discussões importantes e que são objeto de muitas controvérsias”, p. 26).

Na Parte II — “A burocracia econômica no Brasil: formação e transformação”, — a autora faz uma descrição e análise da formação e desenvolvimento dos principais órgãos ligados à área econômica do governo (Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Superintendência da Moeda e Crédito, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, entre outros), cujo período abrange os anos de 1930-64.

O principal objetivo da autora reconstruindo historicamente o desenvolvimento desses órgãos é estudar principalmente as transformações institucionais ou propostas de mudanças na área e a lógica de ação da alta burocracia estatal da área econômica. A intenção de Gilda ao realizar essas duas tarefas é compreender as restrições e em quais situações essa elite burocrática pode ou não exercer com maior ou menor intensidade o seu poder. Além disso, mais adiante a autora realiza comparações da burocracia desse período com a “nova burocracia” surgida nas décadas seguintes.

Na Parte III — “A burocracia em ação: espaço de poder, objetivos e lógica de ação”, — a autora utiliza-se de entrevistas e de um levantamento das principais medidas e ações, bem como as circunstâncias históricas em que aquelas ocorreram, na área orçamentária e fiscal no período do início do regime militar até os anos imediatamente posteriores à transição política. Ao longo dos capítulos a autora realiza uma descrição histórica utilizando-se amplamente das entrevistas para ilustrar determinado aspecto ou acontecimento.

Uma passagem que certamente chamará a atenção do leitor é aquela em que a autora descreve o funcionamento ou a lógica da visão autoritária com que essa elite burocrática enxergava (enxerga?) o “interesse público” ou a maneira “correta” de se tratar a coisa pública.

A conclusão de Gilda é que apesar de essa elite burocrática ter sido importante nas transformações e no aperfeiçoamento do arcabouço institucional na área econômica que tiveram importância vital no desenvolvimento do País, desde a década de 30, ela vem sofrendo gradativamente uma perda na sua qualidade e, como consequência, de sua capacidade para elaborar e executar políticas.

Os principais fatos responsáveis por esse resultado, segundo Gilda, são a falta de preocupação, o descaso e as reformas administrativas desastradas dos últimos governos.

A opção da autora por não tentar avançar na discussão teórica sobre o tema, aliada ao estilo de redação claro e objetivo, faz com que a leitura do livro em questão seja uma tarefa extremamente agradável e compreensiva para os leitores não-familiarizados ou iniciados nos herméticos conceitos e termos do objeto de estudo.

É preciso ainda registrar que o domínio que a autora demonstra sobre o tema está em grande parte relacionado com a experiência que Gilda obteve durante anos no serviço público (foi Chefe de Gabinete do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Educação de São Paulo e da Reitoria da Unicamp, entre outros).

A impressão que fica ao se terminar a leitura desse trabalho é a sua extrema atualidade, principalmente quando se discutem freqüentemente questões como reforma administrativa do Estado, “arrogância” da equipe econômica e as relações perigosas entre os burocratas do alto escalão da área econômica e o setor privado.

Além disso o livro de Gilda mostra-se extremamente oportuno, no momento em que se discutem duas reformas capitais para o processo de reestruturação do Estado brasileiro: a fiscal e a administrativa.

Um fato que poderá aumentar a curiosidade e o interesse do leitor é que boa parte dos entrevistados por Gilda, na maioria dos casos, quando relataram suas experiências de governo estavam fora dele, e hoje estão de volta ao serviço público e ocupam cargos

importantes na burocracia estatal, inclusive a própria autora, hoje no Ministério da Educação. Por isso, é muito provável que as idéias contidas no livro não sejam muito diferentes daquelas defendidas por alguns dos principais responsáveis pelas reformas do Estado em curso.

Cláudio Seiji Sato

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

The Voice of East Asia: Development Implications for Latin America

Mitsuhiro Kagami

Tokyo, Institute of Developing Economies, 1995.

A obra de Kagami pode ser dividida em duas partes: os capítulos 1 e 2 referem-se ao Leste Asiático e os capítulos 3 e 4 à América Latina. O autor procura mostrar os mecanismos de industrialização do Leste Asiático e o método de produção asiático, que se fundamenta na busca da qualidade e da produtividade, para explicar o crescimento econômico. No tocante à América Latina, analisa as políticas industriais e macroeconômicas, e apresenta uma pesquisa sobre pequenas e médias empresas. Desse modo, há a tentativa nesse livro de contrapor duas regiões com condições econômicas diferentes, em que o modelo asiático devidamente adaptado poderia ser um parâmetro para a retomada do desenvolvimento das economias latino-americanas.

O capítulo 1 consiste de uma síntese das características da economia do Leste Asiático. Ressalta-se inicialmente a política de crescimento liderada pelas exportações do Leste e Sudeste Asiático, concluindo que houve uma mudança na composição do comércio exterior, baseada que era em produtos primários, passando a sê-lo em produtos manufaturados, principalmente de alta tecnologia.

A descrição dos planos de desenvolvimento e de políticas de incentivo industrial dos NIEs asiáticos (Coréia, Cingapura, Taiwan) e do ASEAN (Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia) é um ponto de destaque nesse capítulo. Além de se poder compará-los pode-se visualizar a existência do planejamento indicativo nessas economias, em que governos direcionam os setores privados nas suas atividades.

As várias políticas comerciais e de incentivo industrial são apresentadas, tais como a de substituição de importações, de promoção de exportações, de fluxo de capitais, de tecnologia. A combinação do

investimento direto, do comércio externo e de cadeias produtivas intra-regionais explica o sucesso dessas economias.

O capítulo seguinte, 2, trata do método de produção do Leste Asiático. Em realidade são conceitos e práticas do modo de administração japonesa que se difundiram pelas economias da região. São descritos os círculos de controle de qualidade, os programas de melhoria permanente e contínua, o trabalho em equipe e rotatividade de tarefas, *ojust in time* ou *kanban*, o sistema de subcontratação, todas características daquele sistema de administração de empresas.

A experiência japonesa para promoção das pequenas e médias empresas consta desse mesmo capítulo. Numa economia em que pequenas e médias empresas formam cadeias para suprir as grandes empresas através do sistema de subcontratação, o governo tem realizado uma política de apoio àquelas empresas que têm posição desprivilegiada em relação às grandes empresas.

Salta-se do Leste Asiático para a América Latina do capítulo 2 ao 3. Pode-se dizer que o capítulo 3 é uma boa síntese para não-iniciados em economia brasileira e mexicana dos anos 80 e início dos anos 90. A grande parcela desse capítulo trata dessas economias no tocante a condições macroeconômicas, liberalização, políticas industriais, integração econômica regional e o processo de reestruturação. Na conclusão o autor faz uma série de recomendações para que os empresários incrementem produtividade e competitividade; as medidas seriam a adoção de algumas características do modo de produção do Leste Asiático, inclusive as de subcontratação e de estreitamento de relações entre empresas pequenas e médias com as grandes.

Um estudo de pequenas empresas brasileiras e mexicanas é apresentado no capítulo 4. Tem o formato de relatório, de vez que é fruto de uma pesquisa realizada nos dois países a esse respeito. Faz-se uma comparação de dados das pequenas empresas brasileiras e mexicanas, desde o número de empregados e empresas até a participação nas vendas totais. Em seguida, há a descrição das políticas de promoção às pequenas empresas, incluindo-se as de financiamento. A maior parte desse capítulo contém dados de uma amostra resultantes do envio de questionários às pe-

quenas empresas nos setores de tecelagem, de plásticos e de metais dos dois países.

Com uma grande amplitude de assuntos referentes às economias das duas regiões analisados nesse livro, Kagami recomenda a aplicação de políticas e de métodos empresariais da Ásia para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e mexicano.

Silvio Miyazaki

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo
e Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

CONVITE A RESENHADORES

A Revista de Economia Política está ampliando seu quadro de resenhadores e convida todos os interessados a remeter resenhas de livros de economia em português, e dos mais importantes em língua estrangeira.

As resenhas devem ser originais e não exceder três laudas datilografadas em espaço duplo com 30 linhas de 70 toques, e devem conter uma apresentação sucinta da obra e eventuais comentários que situem o leitor na discussão.

As resenhas deverão ser escritas em português, sem notas de rodapé, e conterão o título completo e subtítulo do livro, nome completo do autor, local de publicação, editora e ano de publicação, bem como o nome completo do resenhador e sua filiação institucional.

Dados do Resenhador

Enviar um breve currículo do resenhador, contendo endereço e telefone para contato. *A Revista de Economia Política* reserva-se o direito de não publicar as resenhas enviadas.